

A Metrópole de Fortaleza neste Fim de Século: Desigualdade e Fragmentação

Maria Cleide Carlos Bernal

(Professora da UFCE e Doutoranda do IPPUR/UFRJ)

Resumo

Este artigo é uma reflexão sobre as mudanças ocorridas no Ceará nos últimos vinte anos, parte de minha tese de doutorado, em fase de conclusão. Neste artigo procuramos mostrar o agravamento das desigualdades sociais na Região Metropolitana de Fortaleza em termos de distribuição do rendimento familiar per capita na última década e a fragmentação da estrutura social, medida em termos da estrutura ocupacional por categorias, como resultado de um processo de metropolização crescente que se observa na capital. A concentração de investimentos de infra-estrutura na capital e área metropolitana contribuem para atração da população para esta área e para o crescimento da pobreza urbana. Estas transformações sociais fazem parte de um processo de desenvolvimento que utiliza a guerra fiscal como instrumento de atração de indústrias do Sul/Sudeste e de investimentos em turismo como principal estratégia política de inserção do estado na globalização financeira.

Introdução

Na segunda metade dos anos 80 o chamado governo das mudanças no Ceará, no vácuo das políticas compensatórias, elegeu a guerra fiscal como estratégia de atração de capitais privados, oferecendo infra-estrutura, incentivos fiscais e mão-de-obra barata para a realocização de indústrias oriundas de velhas áreas industriais fordistas do Sul e Sudeste que passaram por processos de desindustrialização; e investindo na implantação de um vigoroso pólo turístico em Fortaleza. Os setores predominantes neste esforço de industrialização foram os tradicionais, isto é, têxtil, vestuário, calçados e produtos alimentares, além de investimentos no setor siderúrgico no complexo metal-mecânico em implantação na área do porto do Pecém.

A estratégia industrializante e de implantação de um pólo turístico em Fortaleza está amparada por investimentos importantes em infra-estrutura, a exemplo do Metrô de Fortaleza (Metrofor), com investimento de 290 milhões de dólares, a construção de uma usina de energia eólica e de uma usina térmica no complexo industrial-portuário, além do porto do Pecém, com capacidade para navios de até 150 mil toneladas e a instalação do novo aeroporto internacional de Fortaleza, já em operação, com capacidade para receber 2,5 milhões de passageiros por ano. Além

destes, há iniciativas nas áreas de saneamento básico de Fortaleza e de recursos hídricos, com o funcionamento do sistema de interligação de bacias hidrográficas em todo o estado.

O Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI) é o principal instrumento de financiamento desta estratégia de modernização do estado do Ceará, cujos recursos provêm da arrecadação tributária do Estado (ICMS). Através do Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas os investidores fazem jus a um financiamento após a quitação mensal do imposto devido, de 45% do valor pago, no caso de plantas localizadas na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e de 75% para plantas localizadas fora da RMF. Na quitação do empréstimo as empresas terão um rebate sobre o valor a pagar, sendo 40% para plantas localizadas na RMF e de 75% para as localizadas fora daquela região, ambos com prazos de carência de 36 meses. Os prazos do empréstimo têm duração de no máximo 6 anos, para plantas localizadas na RMF e no máximo de 15 anos para plantas localizadas a mais de 500 km de Fortaleza.

Com este mecanismo as empresas obtêm um subsídio ou renúncia fiscal do Estado de 18% e 56% do empréstimo devido, para plantas localizadas na RMF ou fora dela, respectivamente. Além destes incentivos, a Lei No.12.031 de 01.10.96 concede incentivos às empresas que importam máquinas e equipamentos para suas unidades localizadas no estado cumulativamente aos outros já mencionados. Estes estímulos consistem na desoneração do pagamento do ICMS devido à época do desembarque e desembaraço da mercadoria, que deverá ser pago só quando estiverem disponíveis para venda.

A descentralização faz parte da estratégia do governo do estado, mas está em sintonia com os interesses dos capitais privados, em razão da ausência de sindicatos atuantes nos municípios mais distantes. Nestes municípios mais distantes o salário mínimo é considerado uma boa remuneração, em vista da falta de oportunidades econômicas para a população interiorana. O sistema de subcontratação da mão-de-obra operária através do que o governo do Ceará denomina de “cooperativa” elimina todas os encargos trabalhistas e as conquistas mais elementares dos trabalhadores através dos seus sindicatos, criando-se uma relação de trabalho precária e uma jornada de trabalho extenuante. Isto é aceito pelos trabalhadores, na medida em que representa uma alternativa ao desemprego, ante a ausência de políticas para o campo.

No caso do turismo, os investimentos em infra-estrutura são financiados pelo Banco Inter-americano de Desenvolvimento (BID) e repassados ao governo estadual pelo Banco do Nordeste, com contrapartida de receitas orçamentárias do estado do Ceará e parceria do governo federal através de empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Além disso, o governo do estado investe permanentemente na promoção do turismo local nas outras regiões do país e no Exterior, além de parcerias com o CEBRAE para capacitação de mão-de-obra para os setores hoteleiro e de entretenimento.

Desde os anos 70 até os dias atuais o Ceará vem apresentando elevadas taxas de crescimento econômico, e a partir da segunda metade dos anos 80 apresenta-se com um crescimento maior do que o da região Nordeste em seu conjunto. A RMF, por sua vez, desponta como um pólo regional significativo na atração de investimentos industriais e turísticos, colocando-se em destaque com relação às outras capitais nordestinas. Durante o período 1985-97 o PIB do Ceará cresceu em 55,9% em termos reais contra um crescimento de apenas 36,8 % para o Nordeste e 36,5% para o Brasil. Neste período a participação do Ceará na economia nordestina cresceu de 12,2% para 15,4% e a renda per capita do cearense saltou de 1.120 reais para 2.522 reais, a preços constantes de 1997. A indústria de transformação foi o principal setor responsável pelo crescimento do PIB, acumulando um crescimento de 49,6% no período, segundo dados do IBGE. Porém, os empregos gerados são precários e de baixa remuneração.

Entretanto, os processos de empobrecimento da população e de marginalização ainda são preocupantes: os índices de desenvolvimento humano (IDH) do Ceará até 1996 permanecem entre os mais baixos do país, situando o estado como o terceiro mais pobre na região Nordeste, depois do Maranhão e do Piauí. Além disso, as desigualdades sociais se acentuaram e a ocupação do espaço urbano obedece a uma lógica segregativa. Desde os anos 70 a metrópole de Fortaleza sofre a intensificação de um processo imigratório, frente a falta de alternativas econômicas das cidades de menor porte no interior do estado, além da ausência de uma política para o campo que altere a estrutura fundiária perversa que agrava as condições de sobrevivência da população.

1. Desigualdade e Empobrecimento

Este padrão de desenvolvimento vem contribuindo para o agravamento das desigualdades sociais e para o empobrecimento da maioria da população cearense, principalmente daquela residente na capital e sua área de influência. Isto é o que se observa com a utilização dos dados do IBGE levantados através da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios entre os anos de 1981 a 1999.

A Região Metropolitana de Fortaleza participava em 1999 com 59,7% da renda familiar gerada no estado, apresentando uma renda média de 214,60 reais mensais, bem superior à do interior que era de apenas 91 reais. Neste mesmo ano a distribuição da renda familiar per capita entre os 40% mais pobres e os 10% mais ricos mostram que na capital as desigualdades são maiores, enquanto os primeiros se apropriam de 10,3% da renda e os últimos de 44,1% no Interior, na RMF os 40% mais pobres detêm apenas 8,7% da renda e os 10% mais ricos chegam a se apropriar de 51,8%. Nos anos anteriores, embora a renda familiar da metrópole tenha sido um pouco mais elevada em termos relativos, a tendência de concentração na estrutura social guarda as mesmas proporções dos níveis atuais.

Nas duas últimas décadas observamos que os níveis de desigualdade na RMF tendem a aumentar entre 1981 e 1999. A evolução do rendimento familiar per capita mostra que a redução das desigualdades entre 1989 e 1995 tendem a atingir neste último ano os mesmos níveis do início da década de 80, porém em 1999 a desigualdade aumenta tanto nos níveis inferiores como nos níveis superiores da estrutura social (ver tabela 1). Neste último ano os 5% mais ricos da região metropolitana chegaram a se apropriar de 38% da renda quando em 1981 detinham 33,9%. Na base inferior da distribuição os mais pobres perderam posição relativa nas duas décadas, enquanto os 40% mais pobres se apropriavam de 3,38% da renda em 1981, atingiram apenas 3,20% em 1999.

Tabela 1 - Apropriação da renda familiar per capita na RMF (%)

| Estratos | 19 81 | 1989 | 1995 | 1999 |
|--------------------|--------------|-------------|-------------|-------------|
| 10% +pobres | 1,14 | 0,86 | 1,22 | 1,05 |

| | | | | |
|-------------------|-------|-------|-------|-------|
| 20 | 1,97 | 1,54 | 1,99 | 1,90 |
| 30 | 2,62 | 2,09 | 2,65 | 2,51 |
| 40 | 3,38 | 2,73 | 3,29 | 3,20 |
| 50 | 4,23 | 3,52 | 4,16 | 4,02 |
| 60 | 5,39 | 4,58 | 5,28 | 5,10 |
| 70 | 6,97 | 6,16 | 6,79 | 6,48 |
| 80 | 9,86 | 9,13 | 9,66 | 8,91 |
| 90 | 16,26 | 15,43 | 16,00 | 14,99 |
| 10% +ricos | 48,19 | 53,96 | 48,96 | 51,84 |
| 5% +ricos | 33,90 | 39,73 | 34,96 | 38,00 |
| 1% + ricos | 12,89 | 16,51 | 13,13 | 15,64 |

Fonte dos dados: IBGE/PNADs 1981, 1989, 1995, 1999.

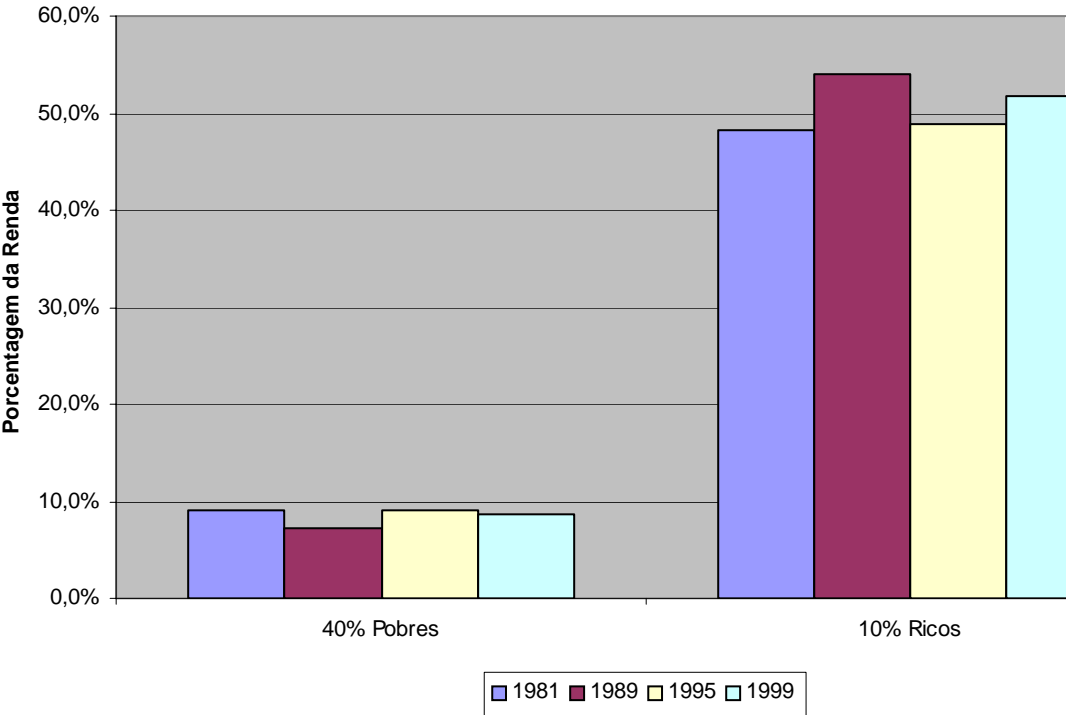
Tabela 2: Renda Familiar média per capita da RMF

(Valores em Reais corrigidos pelo INPC de 1999)

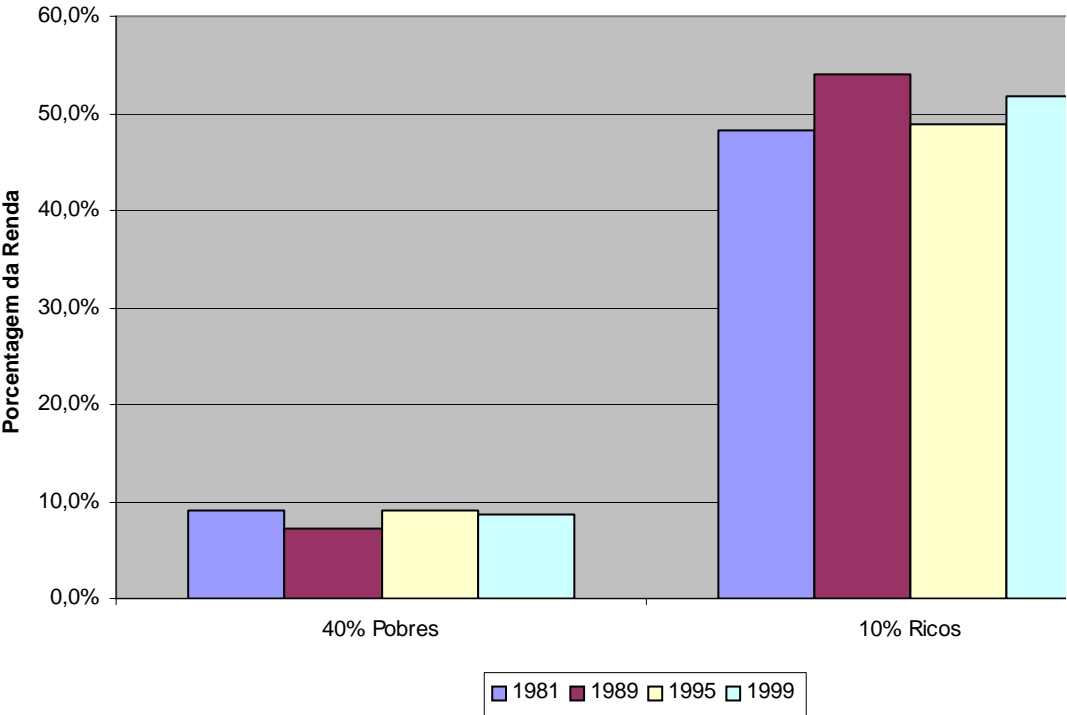
| Estratos | 1981 | 1989 | 1995 | 1999 |
|---------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| 10% + pobres | 24,14 | 19,12 | 28,03 | 22,55 |
| 20 | 41,76 | 34,13 | 45,90 | 40,85 |
| 30 | 55,73 | 46,36 | 61,23 | 53,78 |
| 40 | 71,77 | 60,38 | 75,80 | 68,72 |
| 50 | 89,83 | 77,91 | 95,93 | 86,17 |
| 60 | 114,52 | 101,48 | 121,89 | 109,52 |
| 70 | 147,98 | 136,36 | 156,70 | 139,14 |
| 80 | 209,51 | 202,28 | 222,93 | 191,28 |
| 90 | 345,21 | 341,68 | 369,27 | 321,65 |
| 10%+ ricos | 1.024,37 | 1.195,36 | 1.129,57 | 1.112,47 |
| 5% +ricos | 1.442,25 | 1.760,42 | 1.614,54 | 1.632,51 |
| 1%+ ricos | 2.748,46 | 3.664,36 | 3.052,80 | 3.381,18 |

Fonte dos dados: IBGE/PNADs 1981, 1989, 1995, 1999.

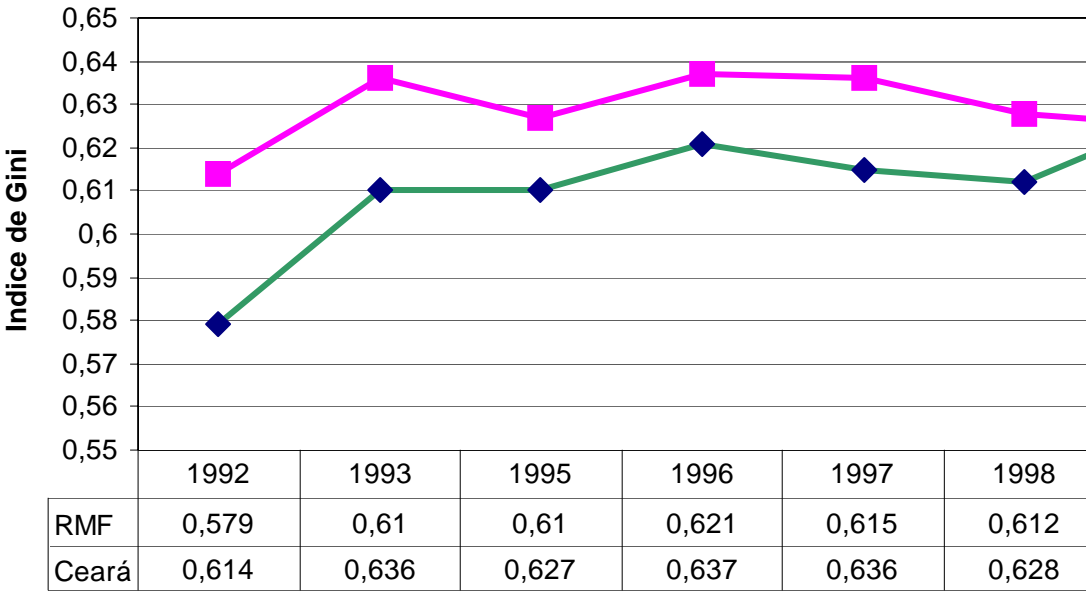
Apropriação da Renda Familiar Per Capita - RMF



Apropriação da Renda Familiar Per Capita - RMF

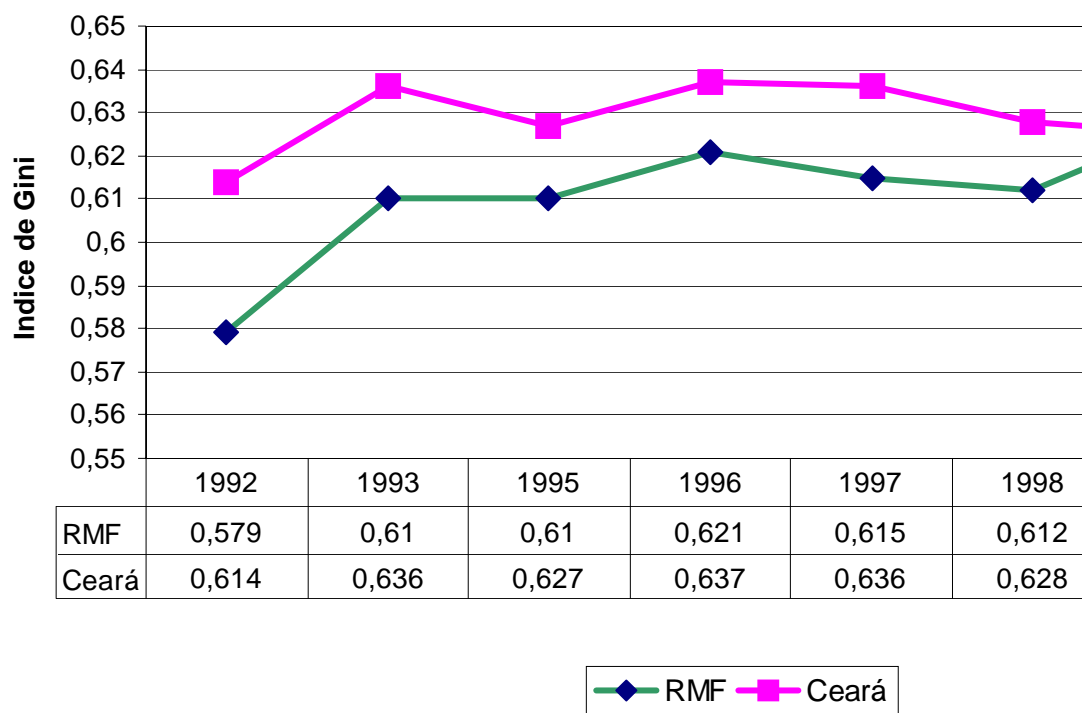


Rendimento Familiar Per Capita - Índice de Gini



RMF Ceará

Rendimento Familiar Per Capita - Índice de Gini



O crescimento da concentração de renda na capital cearense e na sua região metropolitana já vinha sendo constatada pelas pesquisas do IBGE que abrangem 41 cidades. Os últimos dados que cobrem o período de 1992 a 1999, divulgados em abril deste ano revelam que Fortaleza deixou o 22º lugar em 1992 para ocupar o 10º lugar em 1999, no rebaixamento do nível de renda dos trabalhadores que ganham menos. Explica-se assim o crescimento visível da marginalidade urbana e da insegurança vivida pelas famílias cearenses nos anos que marcam o final da década de 90 e o início do novo século. Isto se expressa sob a forma de um aumento da prostituição infantil e de adolescentes, do tráfico de drogas e do crime organizado, com o aumento dos assaltos a ônibus, a carros particulares e aos condomínios residenciais dos bairros de classe média e alta, além dos seqüestros relâmpagos, última novidade no submundo da marginalidade urbana.

A análise estatística que apresentamos a seguir vem confirmar que o modelo econômico que tem como parâmetro a guerra fiscal e o corte dos investimentos em políticas públicas no Ceará nos últimos anos da década de 80 e nos anos 90 é bastante perverso, gerando aumento das desigualdades de renda.

Como explicar isto? Enquanto os anos 90 marcam uma certa estabilidade no

perfil da distribuição da renda familiar per capita no Brasil, no Ceará metropolitano a tendência é de agravamento das desigualdades, considerando o período entre 1995 e 1999, embora a situação do estado siga a mesma tendência do resto do país, como se pode observar nos índices apresentados na tabela 3. No Ceará os índices de Gini mostram que há um crescimento das desigualdades de renda entre 1992 e 1995 e uma certa tendência de estabilidade dos índices até 1999; os índices de Theil mostram a mesma tendência, fato que vem confirmar o padrão de evolução das desigualdades sociais que está intimamente associado à política macroeconômica de manutenção do Real e de abertura comercial, sem uma vertente voltada para políticas compensatórias.

No caso da região metropolitana ocorre um agravamento das desigualdades pela concentração das políticas do governo estadual nesta área, sendo estas caracterizadas por grandes obras de infra-estrutura de apoio ao turismo e da modernização da indústria, que no seu bojo trazem benefícios aos detentores de renda e de capital ao lado de uma crescente precarização do trabalho.

Analisando agora o caso da Região Metropolitana de Fortaleza, apesar de ter se observado um crescimento na renda real mensal de 147,10 reais para 206,70 reais em valores de setembro/99 no período 1992-99, os índices de Gini e Theil mostram uma tendência ascendente na desigualdade de renda e a razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres cresce de 23,94 para 26,77 entre 1993 e 1999, indicando um aumento da distância entre ricos e pobres. O índice de Gini aumentou de 0,579 para 0,610 e 0,628, respectivamente, nos anos de 1992, 1995 e 1999 (tabela 3) e o índice de Theil, que é uma medida de desigualdade mais sensível às mudanças na cauda superior da distribuição (HOFFMANN, 2000), aumentou de 0,686 para 0,759 e 0,842, respectivamente, nos mesmos anos.

Por outro lado, se tomamos como linha de pobreza a proporção dos que percebem até meio salário mínimo, verificamos que houve uma melhoria entre 1992 e 1995, com a redução da proporção dos pobres de 58% para 46% em relação ao total da população, porém em 1999, este percentual volta a crescer para 50%. Isto significa que o número de pobres vivendo com meio salário mínimo em 1999 aumentou para 1.345.818 pessoas, em comparação com as 1.143.208 pessoas em 1995, apesar da renda média per capita dos pobres ter se elevado de 39,32 reais para 48,98 reais, em valores de setembro de 1999. Constata-se, assim, uma piora na situação social da Região Metropolitana de Fortaleza na última metade dos anos 90, enquanto os

indicadores econômicos dão sinais positivos de desempenho.

TABELA 3 – Rendimento familiar per capita e medidas de desigualdade no Ceará e na Região Metropolitana de Fortaleza – 1992-95-99

| <i>Medidas de desigualdade</i> | 1992 | 1995 | 1999 |
|---|-------------|-------------|-------------|
| Número de Pessoas na RMF | 2.321.223 | 2.509.170 | 2.685.052 |
| Número de Pessoas no Ceará | 6.296.100 | 6.624.408 | 6.937.843 |
| Rendimento médio real RMF (R\$ set/99) | 147,10 | 222,00 | 206,70 |
| Rendimento médio real Ceará (R\$ set/99) | 91,20 | 138,90 | 133,90 |
| Índice de Gini RMF | 0,579 | 0,610 | 0,628 |
| Índice de Gini Ceará | 0,614 | 0,627 | 0,625 |
| Índice de Theil RMF | 0,686 | 0,759 | 0,842 |
| Índice de Theil Ceará | 0,795 | 0,861 | 0,875 |
| Razão entre rendas médias 10%+ e 40% - (RMF) | 20,40 | 24,17 | 26,77 |
| Razão entre rendas médias 10%+ e 40%- (Ceará) | 27,10 | 27,50 | 26,90 |
| Apropriação dos 50% + pobres na RMF (%) | 13,9 | 12,4 | 11,8 |
| Apropriação dos 50% + pobres no Ceará (%) | 11,6 | 11,7 | 12,1 |
| Apropriação dos 10% + ricos na RMF (%) | 46,7 | 49,9 | 52,6 |
| Apropriação dos 10% + ricos no Ceará | 49,0 | 52,2 | 52,6 |
| Pobres com 1/2 s. m. Ago/80 na RMF (%) | 57,7 | 45,5 | 50,1 |
| Pobres com 1/2 s.m. Ago/80 no Ceará (%) | 74,5 | 64,0 | 64,8 |
| Pobres com 1/4 s.m. Ago/80 na RMF (%) | 28,6 | 18,3 | 22,5 |
| Pobres com 1/4 s.m. Ago/80 no Ceará (%) | 50,4 | 37,1 | 36,7 |

Fonte dos dados: IBGE/PNADs 1992, 1995 e 1999.

Elaboração: HOFFMANN, R. – A distribuição da renda no Brasil no período 1993-99.

1. Polarização Social e Fragmentação

Temos a sensação de que o fenômeno do crescimento urbano acelerado da metrópole de Fortaleza acompanhado de um agravamento das condições sociais reúne elementos explicativos velhos e novos. A ausência de políticas públicas, principalmente voltadas para o meio rural ao lado das obras de infra-estrutura realizadas na região metropolitana atraem a população em busca de emprego e de outras oportunidades, precipitando o crescimento caótico e desordenado da cidade. Ao mesmo tempo, o padrão de crescimento econômico, com forte componente de terciarização da indústria e dos serviços vem agregar ao trabalho um elemento novo de desestabilização e de precarização do mercado de trabalho.

Alguns autores tem mostrado que as grandes cidades estariam passando por um profundo processo de reestruturação sob o impacto das transformações no mercado de trabalho resultantes da globalização. Nestas cidades a complexa estrutura de classe da cidade industrial estaria em decomposição, sendo substituída pela polaridade formada pelos segmentos ricos e segmentos pobres.

CASTELLS, M. (*Sociedade em Rede*, 1999) explica a segmentação do mercado de trabalho ao estudar a estrutura ocupacional e as tendências do mercado de trabalho em países avançados, explicitando que a estrutura social daqueles países aponta para uma polarização entre dois extremos, devido à expansão das profissões ricas em informação, como os cargos de administradores, profissionais especializados e técnicos, representando o cerne da nova estrutura ocupacional, ao lado do crescimento da precarização do trabalho para aqueles que não tem qualificação profissional.

No novo paradigma (informacional) haveria uma redefinição dos processos de trabalho e, portanto, do emprego e da estrutura ocupacional. Enquanto um número substancial de empregos estariam melhorando de nível em relação a qualificação, a salários e a condições de trabalho nos setores mais dinâmicos, muitos empregos estariam sendo eliminados gradualmente pela automação da indústria e dos serviços. Assim, haveria exigência de níveis mais elevados de qualificação profissional e de educação para ocupar cargos qualificados, que segregam ainda mais a força de trabalho predominante que não dispõe desses requisitos. A mão-de-obra desvalorizada de uma nova geração formada por mulheres, minorias étnicas, imigrantes e jovens ficariam concentradas em atividades de baixa qualificação e mal-pagas, como trabalho temporário ou serviços diversos. Desta forma, as forças da concorrência desenfreada no paradigma informacional levariam o emprego e a

estrutura social a uma dualização (Op.cit. pp.284-285). Isto seria uma consequência da flexibilidade adotada pelas empresas que transformariam as categorias de trabalho, seguindo esta lógica, sendo que as que mais crescem seriam o trabalho temporário e o trabalho de meio-expediente.

Mas NUN (*O Futuro do Emprego e a Tese da Massa Marginal*, 2000) adverte que não se deve confundir a segmentação dos mercados com uma compartimentalização dos contingentes de trabalhadores, já que é mais ou menos habitual que estes participem alternativamente em vários daqueles mercados. A indústria como empregadora de mão-de-obra teria declinado em prol de um generalizado processo de terciarização, tendo como consequência uma estrutura ocupacional muitíssimo mais heterogênea e instável do que imaginaram muitos analistas. A crise da grande fábrica fordista e as crescentes exigências de especialização do setor de serviços se combinariam agora para produzir um efeito duplo: antes de mais nada um aviltamento cada vez maior da mão-de-obra não qualificada e, ao mesmo tempo uma vasta incerteza ocupacional dos trabalhadores qualificados (p.09).

É consensual entre os autores que a globalização financeira ou mundialização do capital tem repercutido perversamente sobre o mercado de trabalho, instalando uma situação de flexibilidade nos processos de trabalho, que agravam a precariedade no emprego e trazem a insegurança para o mundo do trabalho. Para HARVEY, em *Condição Pós-Moderna* (1998), a acumulação flexível é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo, apoiando-se na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. A acumulação flexível envolveria rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços” bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. A comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte teriam possibilitado cada vez mais a difusão de decisões num espaço cada vez mais amplo, aumentando a flexibilidade e a mobilidade sobre os empregos e o aumento do poder de pressão dos empregadores no controle do trabalho (p. 140).

SCOTT (*A Economia Metropolitana*, 1996) centralizando sua análise na categoria trabalho, observa que a cidade reflete os processos de aglomeração enraizados nas dinâmicas da divisão social do trabalho nas sociedades capitalistas,

onde os países centrais têm o controle das técnicas intensivas de capital na produção, enquanto os países periféricos absorvem segmentos do processo de produção que envolvem atividades estandardizadas intensivas em trabalho. A industrialização flexível seria responsável por mudanças nas estruturas do mercado de trabalho que teriam impactos sobre as formas de organização do espaço urbano. A distribuição espacial do trabalho nas metrópoles seria completada por uma distribuição espacial dos trabalhadores nelas residentes.

Assim, a camada intermediária formada por trabalhadores sindicalizados teria reduzido bastante, como também os níveis de salários reais, com a recente reestruturação industrial. Essas diferentes estruturas e dinâmicas do mercado de trabalho teriam um impacto significativo sobre a formação do espaço intra-urbano. Os “colarinhos brancos” (quadros diretivos, especialistas e técnicos) e os “colarinhos azuis” (empregados manuais) tenderiam a separar-se em áreas residenciais opostas, configurando uma segregação espacial, como consequência da forte desigualdade e da segregação social. A crescente polarização do mercado de trabalho e a divisão das sociedades urbanas teriam se acentuado ainda mais, em um cenário onde coexistem o acúmulo de privilégios e o abismo da pobreza e da impotência.

Alguns autores põem em cheque a tese da dualização do mercado de trabalho, baseando-se no fato de que as atividades mais globalizadas representam uma pequena parte do emprego total e de que determinadas ocupações médias, na realidade, sofreram aumento nos anos 80. RIBEIRO (*Cidade Desigual ou Cidade Partida?* 2000) argumenta que nos países periféricos, como a exclusão e as desigualdades têm origens diferentes e causas bem mais complexas, o crescimento da segregação e das desigualdades nas metrópoles não segue necessariamente o mesmo padrão detectado nos estudos realizados nas cidades mundiais. Ele observou que na metrópole do Rio de Janeiro os processos de precarização, terciarização e informalização das relações de trabalho são fruto da reestruturação produtiva, das políticas de ajuste implementadas na década de 80 e das políticas macroeconômicas de estabilização em curso que agravaram a desindustrialização. O estudo destaca na composição da estrutura social a diminuição relativa e absoluta do proletariado industrial, o aumento do proletariado terciário e do subproletariado urbano, permanecendo constante o peso das classes médias, que se acrescidas da pequena burguesia resultaria em significativo aumento no período (1980/91), além do crescimento das categorias superiores ligadas

às elites intelectuais, não confirmando portanto, as tendências apontadas pelas teorias que apontam uma dualidade na estrutura social das metrópoles mundiais como resultante da globalização.

No caso de Fortaleza, entretanto, a dinâmica do mercado de trabalho tem características e natureza diferentes da que ocorre nas cidades mundiais. Apesar das transformações que estão ocorrendo na metrópole guardarem alguma semelhança com as que se manifestam nas cidades mundiais, as transformações sociais que vem se processando no território cearense podem ser interpretadas mais como fruto da abertura comercial e da desregulação dos fluxos financeiros, do que propriamente de um movimento de reestruturação produtiva semelhante ao que está ocorrendo nos países centrais, com repercussões sobre as funções das cidades. Aquí a estratégia defensiva das empresas em busca de competitividade encontra respaldo na política de atração de capitais privados promovida pelas seguidas gestões do chamado governo das mudanças que utiliza a guerra fiscal e a flexibilidade do trabalho como instrumentos de desenvolvimento, com fortes impactos sobre o mercado de trabalho. A minimização do papel do Estado adotada pelos “governo das mudanças” a partir de 1987, com a extinção e fusão de órgãos públicos e a privatização de empresas estaduais tem contribuído também para o aumento do desemprego e para a precarização do trabalho. O estímulo à flexibilização do trabalho adotada por estes governos, com a capacitação dos trabalhadores orientada para a estruturação das chamadas cooperativas de trabalho indica a precariedade dos empregos que estão sendo criados com a industrialização tardia.

Neste caso, observamos que o aumento das desigualdades, da segregação e da fragmentação de classe pode ser interpretado a partir de processos diferentes daqueles porque passaram as chamadas cidades mundiais; estes processos podem estar associados à reestruturação da cidade, com o advento da nova industrialização comandada pela guerra fiscal, do turismo e dos serviços de distribuição e entretenimento, dentre outros, que interferem na estrutura de classe e desencadeiam mudanças espaciais e fragmentação social.

3. A Estrutura Social da RMF nos Anos 80 e 90

Utilizaremos uma metodologia construída pelos pesquisadores do Observatório de Políticas Municipais do IPPUR/UFRJ que faz um recorte para a

construção das categorias sócio-ocupacionais a partir da divisão clássica de classes, tomando como referenciais analíticos: detentores de capital *versus* despossuídos de capital. A partir daí, foram feitos sucessivos cortes entre grande capital e pequeno capital, autonomia e subordinação, trabalho manual e trabalho não-manual, controle e execução, e entre setores secundário e terciário, moderno e tradicional.. Para maior detalhamento, veja-se RIBEIRO e LAGO “O Espaço Social das Grandes Metrôpoles Brasileiras: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte” e o Relatório do *Workshop* de avaliação do Projeto FINEP/PRONEX “Metrôpoles, Desigualdades Socioespaciais e Governança Urbana: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte”, realizado no Rio de Janeiro, em março de 2000 (mimeo).

O modelo metodológico proposto tem como princípio básico a centralidade do trabalho na estruturação e no funcionamento da sociedade. Isto significa que a variável ocupação torna-se capaz de fornecer informações discriminadas e discriminadoras sobre renda, nível de instrução, estilo de vida, comportamento, etc. Utilizaremos os dados da Pesquisa por Amostra de Domicílios (PNADs) disponíveis de 1981, 1988, 1995 e 1999 da Fundação IBGE. Assim, na nossa classificação será incluída apenas a população efetivamente ocupada, uma vez que o IBGE não identifica as ocupações exercidas anteriormente pelos aposentados e desempregados.

Seguindo estes critérios chegamos a uma estrutura ocupacional composta por 25 categorias sócio-ocupacionais, agrupadas em oito grandes categorias, que denominaremos de classe. Apresentamos a seguir a definição de cada categoria. A ocorrência simultânea de certas condições de ocupação, escolaridade, renda, posição na ocupação e ramo de produção, relacionados no quadro a seguir, delimita cada categoria sócio-ocupacional, que apresentamos a seguir.

Categoria Dirigente:

1. Empresários, que reúne os empregadores com dez ou mais empregados;
2. Dirigentes do setor público, formada pelas ocupações do alto escalão decisório no setor público, como ministros, magistrados e procuradores;
3. Dirigentes do setor privado, formado pelas ocupações de administradores de empresas dos setores de extração mineral, indústria, construção civil e empresas financeiras;
4. Profissionais liberais, formada pelas ocupações tradicionalmente definidas

como de profissionais liberais (médicos, engenheiros, arquitetos, dentistas e advogados), empregadores e autônomos.

Categoria Intelectual:

1. Profissionais autônomos de nível superior;
2. Empregados de nível superior.

Pequena Burguesia:

1. Pequenos empregadores urbanos, que reúnem os empregadores com menos de dez empregados;
2. Comerciantes por conta própria, que desenvolvem suas atividades em casa ou em empresas próprias.

Categoria Média:

1. Trabalhadores em atividades de rotina, formados pelas ocupações sem função decisória, tais como secretárias, auxiliares administrativos e auxiliares de escritório;
2. Trabalhadores em atividades de supervisão, formada por ocupações com algum poder de decisão, tais como assistentes de administração, corretores de imóvel e administradores do comércio;
3. Técnicos e Artistas, formada pelas ocupações que requerem um conhecimento específico, tais como desenhistas, técnicos em contabilidade, caixas, técnicos em energia elétrica, programadores de computação, músicos e fotógrafos;
4. Trabalhadores nas áreas de saúde e educação, como professores de primeiro grau e enfermeiras não diplomadas;
5. Trabalhadores nas áreas de segurança pública, justiça e correios, tais como investigadores de polícia, oficiais do corpo de bombeiros, praças das forças armadas e carteiros.

Proletariado do Secundário:

1. Operários da indústria moderna, formada pelos trabalhadores nas indústrias metalúrgica, mecânica, material elétrico, química, produção de petróleo e farmacêutica, entre outras, que envolvem trabalhadores com posição mais elevada entre o operariado, em razão das ocupações exigirem maior qualificação, proporcionarem maior grau de organização corporativa;
2. Operários da indústria tradicional, formada pelos trabalhadores das indústrias dos demais ramos, exceto a construção civil;
3. Operários dos serviços auxiliares, formada pelos empregados nos setores de transportes, comunicação e serviços auxiliares;
4. Operários da construção civil, formada pelos trabalhadores em ocupações ligadas

à construção civil, tais como mestres, ladrilheiros, pintores, serventes de pedreiro;

5. Artesãos, formada pelos trabalhadores autônomos nas ocupações de alfaiate, sapateiro, marceneiro, carpinteiro, estofador e ourives.

Proletariado do Terciário:

1. Trabalhadores do comércio, formada pelas ocupações diretamente ligadas às atividades do comércio, tais como vendedores, operadores de caixa e praticistas;

2. Prestadores de serviço especializado, formada pelos trabalhadores autônomos em ocupações manuais que requerem um saber específico, tais como mecânicos, cabelereiros, etc. e os empregados de ocupações manuais nos setores de prestação de serviços, atividades sociais e administração pública;

3. Prestadores de serviço não especializado, formada pelos empregados em ocupações de porteiro e vigia.

Sub-Proletariado:

1. Trabalhadores domésticos;

1. Ambulantes e Biscateiros, formada pelos feirantes, doceiros, quitandeiros, carroceiros e outras ocupações ambulantes e pelos guardadores de automóvel, engraxates e trabalhadores braçais autônomos.

Trabalhadores Agrícolas:

Formada por todas as ocupações agrícolas, exceto criador bovino, proprietário agropecuário e avicultor.

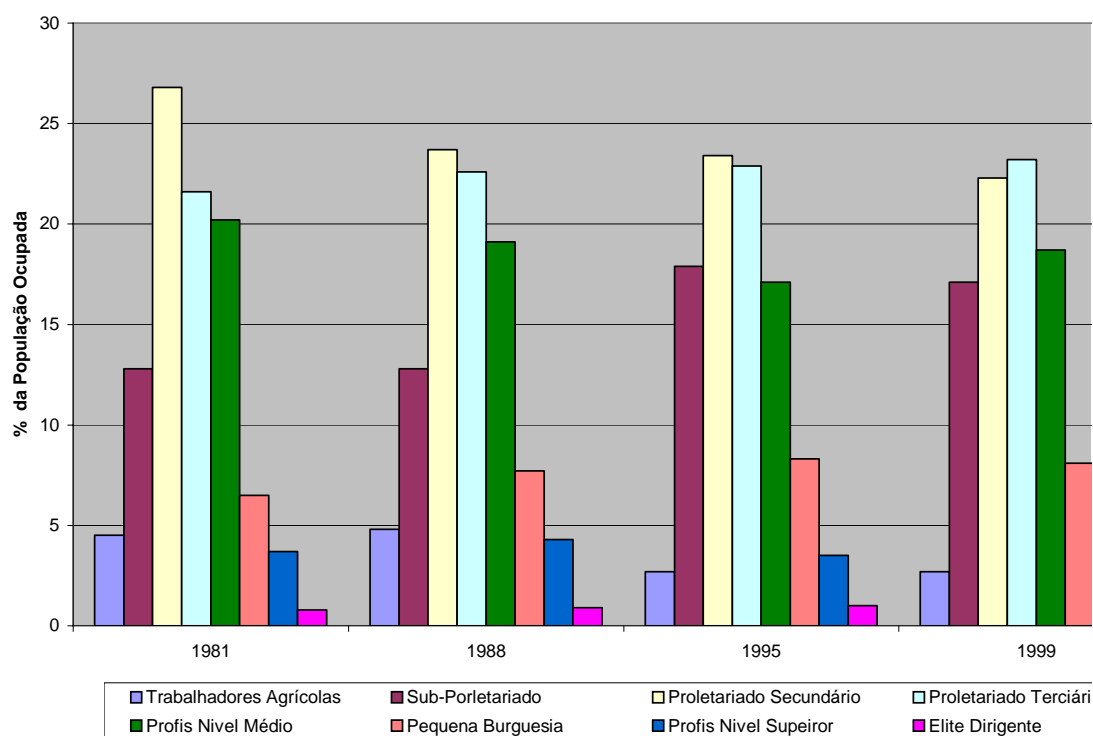
Com esta tipologia construímos um sistema de hierarquização social das ocupações que servirá de *proxy* da estrutura social e que será utilizado na avaliação das tendências de segmentação do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Fortaleza. A tabela 4 mostra a composição da população ocupada segundo as categorias socio-ocupacionais nos anos de 1981, 1988, 1995 e 1999.

**Tabela 4: CATEGORIAS
SÓCIO-OCUPACIONAIS DA
REGIÃO METROPOLITANA
DE FORTALEZA (%)**

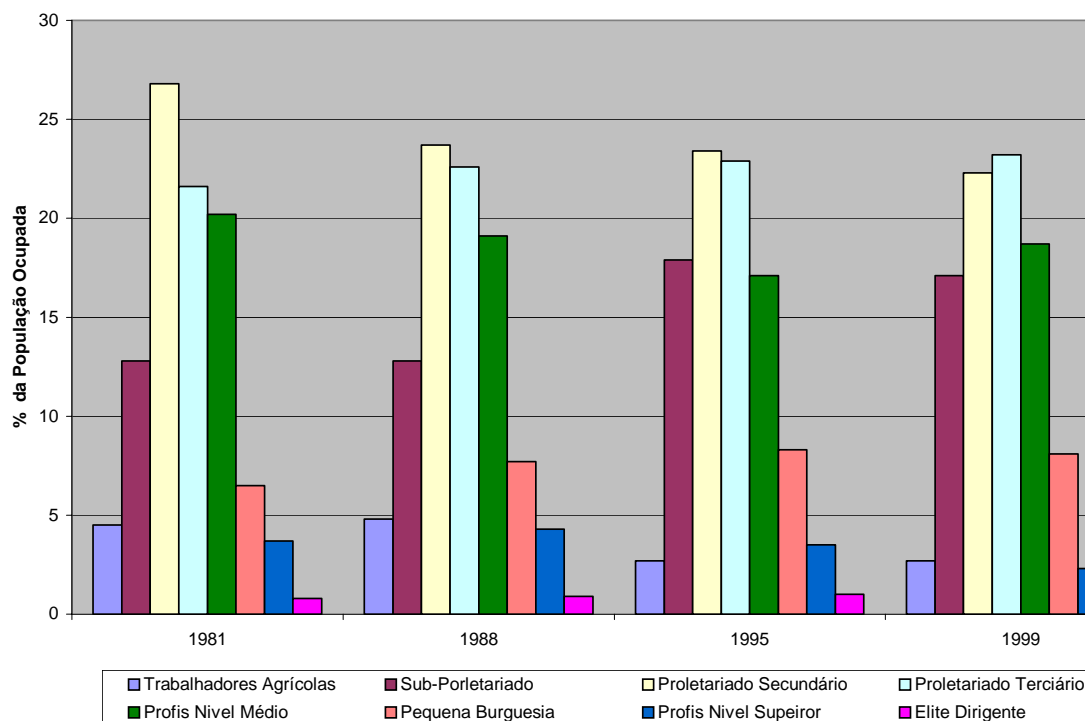
| CATEGORIAS SÓCIO- OCUPACIONAIS | 1981 | 1988 | 1995 | 1999 |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Trabalhadores Agrícolas | 4,5% | 4,8% | 2,7% | 2,7% |
| Empresários | 0,3% | 0,4% | 0,6% | 0,5% |
| Dirigentes do setor público | 0,2% | 0,2% | 0,1% | 0,1% |
| Dirigentes do setor privado | 0,3% | 0,2% | 0,1% | 0,1% |
| Profissionais liberais | 0,1% | 0,1% | 0,2% | 0,2% |
| Pequenos empregadores | 1,7% | 1,6% | 2,4% | 2,3% |
| Comerciantes conta própria | 4,8% | 6,0% | 5,8% | 5,8% |
| Profissionais autônomos | 0,2% | 0,4% | 0,6% | 0,4% |
| Profissionais empregados | 3,5% | 3,9% | 2,9% | 2,0% |
| Empregados de escritório | 9,1% | 7,8% | 7,0% | 7,1% |
| Empregados de supervisão | 4,2% | 4,2% | 3,7% | 3,7% |
| Técnicos e artistas | 1,8% | 1,8% | 1,0% | 1,3% |
| Empregados saúde e educação | 3,8% | 3,9% | 4,0% | 5,4% |
| Empregados segurança e correio | 1,2% | 1,3% | 1,4% | 1,1% |
| Empregados do comércio | 6,3% | 5,4% | 7,3% | 7,5% |
| Serviço especializado | 10,9% | 12,4% | 10,7% | 10,8% |
| Serviço não especializado | 4,5% | 4,8% | 4,9% | 5,0% |
| Operários da indústria moderna | 1,7% | 1,4% | 1,9% | 1,6% |
| Operários da indústria tradicion | 8,3% | 8,8% | 8,1% | 8,5% |
| Operários de serviço auxiliar | 3,7% | 2,9% | 3,0% | 3,3% |
| Operários da construção | 9,0% | 7,1% | 7,3% | 6,6% |
| Artesãos | 4,0% | 3,5% | 3,1% | 2,2% |
| Empregados domésticos | 9,2% | 7,7% | 11,3% | 10,7% |
| Vendedores ambulantes | 3,1% | 4,5% | 5,1% | 4,5% |
| Bisateiros | 0,5% | 0,6% | 1,5% | 1,9% |
| Sem informação | 3,1% | 4,2% | 3,2% | 4,6% |
| ESTRUTURA SOCIAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA (%) | | | | |
| ESTRATOS DE CLASSE | 1981 | 1988 | 1995 | 1999 |
| Trabalhadores Agrícolas | 4,5% | 4,8% | 2,7% | 2,7% |
| Sub-proletariado | 12,8% | 12,8% | 17,9% | 17,1% |
| Proletariado Secundário | 26,8% | 23,7% | 23,4% | 22,3% |
| Proletariado Terciário | 21,6% | 22,6% | 22,9% | 23,2% |
| Profissionais Nível Médio | 20,2% | 19,1% | 17,1% | 18,7% |
| Pequena Burguesia | 6,5% | 7,7% | 8,3% | 8,1% |
| Profissionais Nível Superior | 3,7% | 4,3% | 3,5% | 2,3% |
| Elite Dirigente | 0,8% | 0,9% | 1,0% | 0,9 |

FONTE: IBGE / PNADs 1981, 1988, 1995 e 1999.

Estrutura Social da Região Metropolitana de Fortaleza



Estrutura Social da Região Metropolitana de Fortaleza



Na tabela 4 observa-se em primeiro lugar uma redução da categoria de

trabalhadores agrícolas, que passa de 4,5% em 1981 para 2,7 em 1999, que é um fenômeno natural que vem acontecendo em todas as metrópoles; e uma tendência de aumento do sub-proletariado, representado pelos empregados domésticos e vendedores ambulantes, que evoluem de 12,8% para 17,1% no período. Outro destaque é para o proletariado da indústria que mantêm-se relativamente estável, passando de 23,7% para 23,4% e 22,3%, respectivamente nos anos de 1988, 1995 e 1999, ao contrário da maioria das metrópoles brasileiras que passaram por um processo de desindustrialização a partir dos anos 80. O proletariado do terciário segue uma leve tendência de crescimento na estrutura ocupacional, como tem ocorrido nas demais metrópoles, passando a ocupar 23,2% do emprego em 1999.

Por outro lado, os profissionais de nível médio sofreram uma redução de 20,2% para 18,7% entre 1981 e 1999, enquanto a pequena burguesia cresceu de 6,55 para 8,15 e os profissionais de nível superior decresceram de 3,7% para 2,3% no período.

O proletariado da RMF em seu conjunto representava em 1999 cerca de 45,5% das ocupações, enquanto o sub-proletariado atingia os 17,1%, as camadas médias (profissionais de nível médio e pequena burguesia) totalizavam 26,8% e a classe alta (profissionais de nível superior e elite dirigente) cerca de 3,2%. O que é significativo observar nesta análise é que durante as duas décadas consideradas a estrutura social não sofreu mudanças significativas, podendo se notar uma permanência dos segmentos que caracterizam as classes médias em torno de 26%, uma permanência do proletariado nos mesmos níveis a partir de 1988 em torno de 46% e uma redução do estrato superior da estrutura social, em confronto com um aumento significativo do sub-proletariado.

Desta forma, o fato novo constatado na metrópole de Fortaleza é o enorme crescimento dos mais pobres (sub-proletariado), que vem confirmar a análise do aumento das desigualdades de renda e o crescimento do número de pobres na primeira parte deste artigo, ao lado da redução da elite na estrutura social, especialmente da elite intelectual. Estas constatações conduzem às conclusões que a evolução da estrutura social da metrópole de Fortaleza é apenas parcialmente marcada pela dualização, não confirmando portanto a tese das mutações para uma “ampulheta” na estrutura social das grandes cidades sob o impacto da globalização e da reestruturação produtiva, defendida por CASTELLS e outros autores.

Conclusões

O que podemos concluir desta análise é que a modernização do Ceará, no contexto do modelo de desenvolvimento do chamado governo das mudanças tem contribuído para a evolução satisfatória dos indicadores econômicos, sem no entanto solucionar o problema da pobreza e das desigualdades sociais. Os dados das PNADs indicam uma permanência do estado de pobreza absoluta e um agravamento das desigualdades de renda na Região Metropolitana de Fortaleza. Do ponto de vista social, a análise dos dados permite concluir que não houve mudanças significativas na estrutura social, especialmente nos estratos referentes às classes médias, sob o enfoque das categorias ocupacionais. Porém, no caso dos estratos inferiores houve um aumento do sub-proletariado, confirmando a maioria das teses contemporâneas que realçam o aumento da precarização do trabalho. Já no caso dos estratos superiores, não registrou-se uma ampliação das elites, mas uma redução do estrato referente às elites intelectuais, realçando ainda mais o distanciamento e a proporção entre ricos e pobres.

Estes resultados confirmam a nossa suposição de que as transformações econômicas e estruturais instauradas no Ceará pelas quatro gestões do chamado governo das mudanças para inserir o estado na globalização financeira via turismo e atração de indústrias tradicionais tem impactos sociais negativos, que em essência significam traços da modernidade contemporânea em seus aspectos mais perversos.

Bibliografia

ALMEIDA, M. Bosco e SILVA, A. Bittencourt – Ceará: Crescimento Econômico, Ajuste Fiscal e Investimentos (1985-1997) In: AMARAL, Jair F. (Org) Federalismo Fiscal e Transformações Recentes no Ceará. Edições INESP, Fortaleza, 2000.

AMARAL, Jair F. (Org.) – Federalismo Fiscal e Transformações Recentes no Ceará. Edições INESP, Fortaleza, 2000.

CASTELLS, M - A Sociedade em Rede, Editora Paz e Terra, São Paulo, 1999.

HOFFMANN, Rodolfo – Desigualdade e Pobreza no Brasil no Período 1979-98.

_____ A Distribuição da Renda no Brasil no Período 1993-99.

HARVEY, David - Condição Pós-Moderna: Uma pesquisa sobre as origens mudança cultural. Edições Loyola, 7ª Edição , São Paulo, 1998.

LAGO, Luciana C. - Desigualdades e Segregação na Metrópole: O Rio de Janeiro em Tempo de Crise, Editora Revan, Rio de Janeiro, 2000.

NUM, José – O Futuro do Emprego e a Tese da massa marginal. In: Revista de Ciências Sociais, No 152, Vol. 38, 1999.

RETECEILLE, E. e QUEIROZ RIBEIRO, L. C. – Tendências da Segregação Social em Metrópoles Globais e Desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80. Revista Brasileira de Ciências Sociais, V. 14, No 40, Junho 1999.

RIBEIRO, L. C. Queiroz - Transformações da Estrutura Socioespacial: Segmentação e Polarização na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: Cadernos METRÓPOLE, No 01, EDUC/FAPESP, São Paulo, 1999.

_____ Estrutura Social, Segregação e Desigualdades: O Caso do Rio de Janeiro. Texto apresentado no Seminário O Futuro das Metrópoles: Impactos da Globalização, Teresopolis, 17 a 21 de maio, 1999.

_____ O Futuro das Metrópoles: Desigualdades e Governabilidade. Editora Revan, Rio de Janeiro, 2000.

RIBEIRO, L. C. Queiroz e LAGO, L. Corrêia. O Espaço Social das Grandes Metrópoles Brasileiras: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Texto apresentado no XXIII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), Caxambu, 1999.

ROCHA Jr. A. Martins. – O Turismo Globalizado e as Transformações Urbanas do Litoral de Fortaleza: Arquitetura e Estetização na Praia de Iracema. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente apresentada a Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2000.

RODRIGUES, D. Andrade. O Papel dos Governos Estaduais na Indução do Investimento: A Experiência dos Estados do Ceará, da Bahia e de Minas Gerais. In Revista do BNDES, V. 05, No 10, Dezembro, 1998.

SASSEN, Saskia - As Cidades na Economia Mundial. Editora Studio Nobel, São Paulo, 1998.

SCOTT, Allen - A Economia Metropolitana: Organização industrial e crescimento urbano. In: BENKO, G: LIPIETZ, As Regiões Ganhadoras. Celta Editora. 1994.